REVISTA SAÚDE DOS VALES

ISSN: 2674-8584 V.1 – N.3– 2024

A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO

THE IMPORTANCE OF BREASTFEEDING

Iranete Iva dos Santos
Centro Universitário do Sudoeste Goiano – UNIBRAS
santosiranete48@gmail.com

Ana Carolina Donda Oliveira
Centro Universitário do Sudoeste Goiano - UNIBRAS
dondaanacarolina@gmail.com

RESUMO

As diretrizes internacionais e nacionais enfatizam a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses e sua continuação até pelo menos os dois anos, destacando sua vitalidade para a sobrevivência e saúde das crianças. No entanto, no Brasil, apesar do aumento da prevalência do aleitamento, as taxas de adesão ainda são inadequadas, com persistência do desmame precoce. Biologicamente falando, o leite materno, rico em nutrientes e imunoglobulinas, desempenha um papel crucial na proteção contra doenças e no desenvolvimento saudável do bebê. Além disso, a amamentação prolongada está associada a benefícios crescentes para a saúde da criança, incluindo o fortalecimento do sistema imunológico. Os profissionais de saúde, especialmente os da equipe de enfermagem, desempenham um papel fundamental na promoção e no apoio ao aleitamento materno, fornecendo suporte emocional e informacional às mães durante o período do puerpério. Portanto, é essencial que os serviços de saúde estejam ativamente envolvidos na defesa e na promoção dessa prática para garantir o bem-estar físico e emocional das mães e de seus bebês.

Palavras - Chave: Aleitamento materno. Saúde da criança. Saúde materno-infantil. Vigilância alimentar e nutricional.

REVISTA SAÚDE DOS VALES

ABSTRACT

International and national guidelines emphasize the importance of exclusive breastfeeding until six months and its continuation until at least two years, highlighting its vitality for the survival and health of children. However, in Brazil, despite the increased prevalence of breastfeeding, adherence rates are still inadequate, with early weaning persistence. Biologically speaking, breast milk, rich in nutrients and immunoglobulins, plays a crucial role in the protection against diseases and healthy development of the baby. In addition, prolonged breastfeeding is associated with increasing benefits for the health of the child, including strengthening the immune system. Health professionals, especially nursing staff, play a key role in promoting and supporting breastfeeding, providing emotional and informational support to mothers during the postpartum period. Therefore, it is essential that health services are actively involved in the defense and promotion of this practice to ensure the physical and emotional well-being of mothers and their babies.
Key words: *Breast Feeding. Child Health. Food and Nutritional Surveillance. Maternal and Child Health.*

INTRODUÇÃO

As diretrizes estabelecidas por agências de saúde internacionais, como a OMS e o UNICEF, em conjunto com as autoridades nacionais, como o Ministério da Saúde, preconizam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses, com a introdução de alimentos complementares e a continuação da amamentação até, pelo menos, os dois anos de idade. Isto porque esta prática é indispensável à sobrevivência, crescimento e saúde das crianças, uma vez que tem o potencial de prevenir, segundo pesquisas, 13% das mortes de crianças menores de cinco anos (TOMA; REA, 2008).

No Brasil, apesar do aumento da prevalência do aleitamento materno a partir do ano de 1995, as taxas de adesão ainda são insatisfatórias, com menos de 50% das crianças com menos de seis meses recebendo exclusivamente o leite materno. Nota-se que o desmame precoce persiste como um problema significativo, sendo relacionado às altas taxas de mortalidade infantil devido à desnutrição e à diarreia. Anatomicamente falando, durante a gestação, as mamas sofrem alterações hormonais para a produção de colostro, o primeiro leite secretado após o parto. Composto por lactose, lipídios, minerais e

elementos imunológicos como linfócitos e anticorpos, o leite materno desempenha um papel crucial como barreira protetora para o sistema imunológico do bebê (PASSANHA; CERVATO-MANCUSO; SILVA, 2010).

Nesse sentido, sabe-se que o aleitamento materno não constitui apenas um benefício para o bebê, mas também para a saúde da mãe, de modo que estender a amamentação por um ano ou mais está vinculado à redução no risco de desenvolver diabetes e câncer de mama, ovário e endométrio. O leite materno, rico em nutrientes essenciais e imunoglobulinas, fortalece o sistema imunológico do bebê, protegendo contra doenças infecciosas e crônicas, além de promover um ganho de peso adequado (ADAMS; RODRIGUES, 2010).

A prática prolongada de amamentação por pelo menos 12 meses está associada a benefícios crescentes para a saúde da criança. O leite materno desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da imunidade inata, fornecendo uma defesa vital contra infecções nos primeiros dias de vida. Assim, o aleitamento materno é indispensável para a saúde tanto do lactente quanto da mãe, oferecendo uma proteção valiosa contra doenças desde o nascimento (SANTOS; BISPO; CRUZ, 2016.)

Assim, a promoção efetiva da amamentação requer não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades interpessoais para oferecer suporte emocional e informacional às mães, sendo os profissionais de saúde, especialmente os da equipe de enfermagem, fundamentais nesse processo. A abordagem sensível e personalizada durante o período do puerpério prepara as mulheres tanto fisicamente quanto emocionalmente para a amamentação, facilitando a superação de obstáculos (RAMOS; RAMOS, 2007).

Diante disso, é essencial que os serviços de saúde e os profissionais estejam ativamente envolvidos na promoção e no apoio ao aleitamento materno, ajudando as mães a se sentirem confiantes e capacitadas para amamentar. Além de ser uma prática de saúde, a amamentação é também um símbolo de feminilidade e amor materno, destacando a importância dos profissionais de enfermagem em defender e promover essa prática para garantir não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional das mães e de seus bebês (DAMIÃO, 2008).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a importância do aleitamento materno na vida da mãe e criança.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer os benefícios do aleitamento materno;
- Mostrar a superioridade da amamentação sobre outras formas de alimento para a criança;
- Conhecer a importância da equipe de enfermagem para as puerperais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Leite Materno

As agências de saúde internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), juntamente com autoridades nacionais, como o Ministério da Saúde, estabelecem diretrizes recomendando a prática do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade. Posteriormente, introduzem-se alimentos complementares enquanto se mantém a amamentação até pelo menos os dois anos de idade. Este protocolo nutricional é considerado essencial para a sobrevivência, crescimento, desenvolvimento, saúde e nutrição adequada dos lactentes em todas as regiões do mundo. A promoção do aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses de vida é de particular importância para garantir resultados positivos na saúde neonatal (SILVA; SOUZA, 2005).

No período compreendido entre 1995 e 2008, observou-se um incremento na prevalência do aleitamento materno no território brasileiro. Contudo, a taxa de adesão ainda é insatisfatória em muitas regiões, com menos de 50% das crianças com menos de seis meses de idade continuando a receber exclusivamente o leite materno. Apenas 35% dos lactentes com menos de quatro meses são amamentados de forma exclusiva. O fenômeno do desmame precoce persiste e está relacionado a índices elevados de mortalidade infantil devido à desnutrição e à diarreia (PASSANHA; CERVATO-MANCUSO; SILVA, 2010).

De acordo com estimativas, a prática do aleitamento materno poderia potencialmente prevenir 13% das mortes de crianças com menos de 5 anos em todo o mundo, causadas por doenças que poderiam ser evitadas. Nenhuma outra intervenção singular demonstra o mesmo impacto na redução da mortalidade infantil. Conforme relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), aproximadamente seis milhões de vidas infantis são preservadas anualmente devido ao aumento das taxas de aleitamento materno exclusivo (TOMA; REA, 2008).

Durante o período gestacional, a mama feminina sofre uma série de transformações sob a influência de múltiplos hormônios. Estas mudanças são essenciais para a produção de colostro, a primeira forma de leite secretada, em quantidades limitadas, pelos alvéolos mamários. Após o parto, há uma redução nos níveis dos hormônios estrogênio e progesterona, o que desencadeia a liberação de prolactina. Esta última é crucial para preparar a mama para a produção de leite (ADAMS; RODRIGUES, 2010).

O leite materno é composto por lactose, lipídios e uma concentração substancial de minerais, acompanhados pela presença de linfócitos, parte integrante das células de defesa imunológica conhecidas como leucócitos. Além disso, o leite materno contém fatores de crescimento e anticorpos. Estes elementos coletivamente desempenham um papel essencial como uma barreira imunológica protetora no organismo do lactente (PASSANHA; CERVATO-MANCUSO; SILVA, 2010).

2.2 Assistência de Enfermagem

A promoção da amamentação requer conhecimentos não apenas sobre anatomia, bioquímica e fisiologia, mas também sobre a capacidade das mulheres envolvidas de discernir, saber ouvir e aprender, desenvolver confiança e fornecer suporte (GIUGLIANI, 2004). Assim, para que os profissionais de saúde possam transmitir confiança à mãe-nutriz, eles devem ter acesso a todo o conhecimento técnico disponível para orientá-las e garantir o sucesso da amamentação que os especialistas a percebem como uma pessoa que respeita a nova situação da mulher, seus problemas e dificuldades (REZENDE ET AL., 2002).

Neste sentido, a equipe de enfermagem desempenha papel fundamental no que diz respeito à experiência da amamentação. Assim, uma equipe bem preparada, e com conhecimentos amplos acerca do processo de lactação, pode gerar muitos impactos positivos neste processo tão importante e único para lactante e lactente. Desta forma, os profissionais de enfermagem podem ter um papel decisivo para o sucesso da amamentação, propiciando as condições ideais para o início da lactação ao dar suporte à mãe (RAMOS; RAMOS, 2007).

A maneira como o aleitamento materno é abordado, durante o puerpério, é determinante para garantir que o direito de amamentar seja executado de forma consciente pela mãe, possibilitando a ela que se prepare física e emocionalmente para esse momento através da obtenção de conhecimentos específicos sobre essa temática. Na maior parte dos casos, só essa abordagem já é suficiente para auxiliar a mulher na superação dos obstáculos que podem surgir neste momento, uma vez que receberá orientações adequadas acerca do manejo da lactação, de acordo com suas particularidades (DAMIÃO, 2008).

Julga-se que, para que a amamentação tenha sucesso, são indispensáveis a determinação e o desejo da mãe de amamentar, além da atuação efetiva dos serviços e dos profissionais de saúde, em favor do aleitamento materno (BRAGA; MACHADO; BOSI, 2008). É, portanto, de extrema relevância que o profissional da saúde estabeleça uma coparticipação com a mãe, com o objetivo de elevar sua autoestima e, consequentemente, autoconfiança quanto a sua capacidade de amamentar, levando-a a uma independência no cuidado com a criança.

Amamentar é uma atividade que tradicionalmente se associa à feminilidade, sendo vista como uma expressão fundamental do papel da mulher. No entanto, essa visão é influenciada pelo contexto cultural e social. Algumas mães recebem apoio para amamentar, enquanto outras enfrentam pressões para seguir práticas tradicionais que incluíam o desmame precoce, perpetuadas ao longo de gerações passadas.

Assim, é encargo da equipe de saúde oportunizar e apoiar a amamentação desde o momento do parto. Amamentar o recém-nascido dentro da primeira meia-hora após o nascimento possibilita uma série de benefícios, quais sejam: fortalecimento do vínculo entre mãe e filho, torna mais fácil o início da amamentação, previne patologias mamárias (como ingurgitamento e mastite), auxilia no processo de retorno do útero ao seu tamanho anatômico e protege tanto a criança quanto a mãe contra infecções hospitalares. Durante as visitas às maternidades feitas pelos auxiliares de enfermagem, é crucial reforçar com as mães a importância da amamentação, ensinar cuidados com as mamas e orientar sobre a busca da Unidade de Saúde mais próxima para fazer o Teste do Pezinho", a consulta pós-parto, o acompanhamento do crescimento da criança e o suporte à mãe na amamentação (OLIVEIRA; CASTRO; LESSA, 2008).

Por fim, entende-se que, compete aos profissionais da enfermagem defender a prática do aleitamento materno, orientando, aconselhando e auxiliando as mães para que a amamentação resulte em um ato consciente e volitivo de prazer, enlaçado pelo amor de carinho entre mãe e filho e que, ao mesmo tempo, promova saúde e bem-estar.

2.3 Período de Amamentação

A amamentação é tanto um processo biológico inato quanto uma construção social, que envolve mãe e filho (SANTOS ET AL., 2015). Estatísticas mostram que em muitos países desenvolvidos, mães com maior nível educacional tendem a manter a amamentação por períodos mais longos, devido ao acesso facilitado a informações sobre os benefícios do aleitamento materno. Por outro lado, em países em desenvolvimento, as mães de classes menos privilegiadas e com menor instrução costumam iniciar o pré-natal mais tarde, o

que aumenta a probabilidade de interrupção precoce do aleitamento materno (LEAL, 2017).

Iniciar a amamentação na primeira meia hora após o nascimento é crucial por diversos motivos: ajuda a manter o bebê aquecido, estabilizar sua respiração e frequência cardíaca; promove o vínculo entre mãe e filho, permitindo que se conheçam; facilita o aprendizado do bebê em mamar de forma mais eficiente; é especialmente benéfico para bebês de baixo peso, que têm maior risco de mortalidade e precisam de apoio extra para sugar adequadamente; auxilia na prevenção da hemorragia pós-parto; aumenta a duração da amamentação; e o colostro, o primeiro leite materno, é essencial como a primeira imunização do recém-nascido (ALMEIDA; FERNANDES; ARAÚJO, 2004).

O Ministério da Saúde orienta que a amamentação seja exclusiva até os seis meses de vida do bebê. Somente após esse período os demais alimentos poderão ser introduzidos, ainda assim o aleitamento materno deve ser mantido, se possível, até o segundo ano de vida da criança. Essa recomendação é feita porque o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e a continuidade até os dois anos de idade são as estratégias mais eficazes para prevenir mortes em crianças menores de cinco anos.

Ademais, o ideal é que a amamentação comece até a primeira hora após o nascimento, muito embora seja possível que o bebê não execute uma sucção espontânea entre 45 minutos a 2 horas após o parto. Todavia, o contato imediato entre mãe e bebê é fundamental e está ligado a uma amamentação mais prolongada, melhor regulação da temperatura do bebê, menos choro, níveis mais elevados de glicose e um vínculo mais forte entre os dois (GIUGLIANI, 2000).

Preocupados com as consequências negativas do desmame precoce para a saúde e o estado nutricional das crianças, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) realizaram uma reunião internacional em 1979 para discutir a alimentação de lactentes e crianças na primeira infância (Venâncio, 2003). Os bebês nascidos com baixo peso tendem a amamentar por um período mais curto quando comparados aos bebês nascidos a termo, em razão dos desafios encontrados na amamentação e da preferência dos profissionais de saúde por iniciar a introdução de alimentos complementares mais cedo (CHAVES; LAMOUNIER; CESAR, 2007).

Muito embora seja consenso científico que o leite materno não é suficiente para suprir todas as necessidades nutricionais da criança após o sexto mês, ele continua sendo uma importante fonte de nutrientes e proteção imunológica, contribuindo para reduzir os riscos de morbidade e mortalidade. Entretanto, há diversos fatores que podem dificultar a amamentação ou levar à sua interrupção precoce, incluindo a falta de conhecimento das mães sobre a amamentação, bem como influências sociais, políticas e culturais. Portanto, é essencial oferecer

apoio e assistência às mulheres para que possam desempenhar com sucesso o importante papel de mulher, mãe e provedora de nutrição para seus filhos (ALMEIDA; FERNANDES; ARAÚJO, 2004).

2.4 Benefícios oriundos do aleitamento materno

A lactação é uma característica distintiva dos mamíferos. A síntese e a secreção do leite envolvem processos bioquímicos e neuroendócrinos complexos, regulados por hormônios e sensibilidade dos terminais nervosos na aréola e mamilo. É um fenômeno natural e direto da gravidez e do parto, essencial no processo reprodutivo que traz benefícios tanto para a mãe quanto para o bebê. Essa interação resulta na produção de leite, que promove mudanças no corpo da mãe e proporciona condições de saúde física e emocional favoráveis para ela, com impactos positivos em sua vida futura (DEL CIAMPO; DEL CIAMPO, 2018).

O aleitamento materno é um dos elementos fundamentais para o crescimento físico, funcional e mental da criança, além de ser uma estratégia de valor na tentativa de se reduzir a morbimortalidade materno infantil, sobretudo durante o primeiro ano de vida. Ainda que haja discussões controversas sobre os benefícios do aleitamento materno para o bebê e para a mãe, há uma lacuna entre o discurso e a prática. Desse modo, o Ministério da Saúde preconiza que a amamentação seja exclusiva (pelo menos) até os seis meses de idade do bebê e, depois desse período, seja complementada com outros alimentos, se possível, continuando até o segundo ano de vida da criança (BARROS ET AL., 2009).

O leite materno possui anticorpos da mãe que promovem a transferência de imunidade para o filho, protegendo-o contra várias doenças. Além disso, destaca-se que o efeito mais significativo da amamentação é a redução da mortalidade infantil (ADAMS; RODRIGUES, 2010).

Por isso, o desmame precoce pode trazer graves problemas para a saúde da criança. Por isso, é crucial entender os motivos e as consequências dessa prática, incluindo as influências das mudanças sociais, urbanização, industrialização e estilo de vida nesse processo (ASSIS ET AL., 2004). O desmame precoce ocorre quando o lactente é desmamado antes de completar seis meses de vida (ALVES ET AL., 2020). Ademais, sabe-se que o leite materno contém a maior quantidade de nutrientes e agentes imunológicos, que ajudam a proteger o recém-nascido contra infecções, as principais causas de mortalidade neonatal (CAMPOS ET AL, 2020).

Portanto, o aleitamento materno imediato após o nascimento é crucial para o recém-nascido, reduzindo em 22% o risco de morte por infecções e ajudando a prevenir hemorragias nas mães, a principal causa de mortalidade

materna atualmente. Além disso, o aleitamento materno proporciona benefícios de longo prazo para a criança, incluindo um melhor desempenho escolar, maior quociente de inteligência e mais tempo dedicado aos estudos (CAMPOS ET AL, 2020).

O leite humano engloba uma proporção adequada de líquido vital, com um teor ótimo de proteínas e lipídios especificamente ajustados para as necessidades da infante, acompanhado de um suprimento suficiente de vitaminas, eliminando, assim, a necessidade de qualquer suplementação vitamínica adicional. Essa composição singular não apenas resguarda contrarreações alérgicas e enfermidades infecciosas, especialmente aquelas associadas à gastroenterite, mas também estimula de maneira favorável ao desenvolvimento e progresso da criança (AZEVEDO ET AL., 2015).

Por meio do ato de lactação, a criança é exposta a uma rica variedade de estímulos sensoriais, e a interação estabelecida a cada sucção promove a solidificação de sensações de conforto, segurança e contentamento, elementos primordiais para uma evolução infantil robusta. A proximidade física entre os corpos possibilita à criança a percepção dos batimentos cardíacos, da temperatura e da respiração maternos. Estabelece-se um bem-estar físico, onde o lactente se sente aconchegado no seio materno. Além da sensação de proteção, o contato com a pele, exerce também um impacto positivo no desenvolvimento emocional da criança, tornando-a mais calma e tranquila. Forma-se um verdadeiro elo de afetividade, o qual é imprescindível para o desenvolvimento mental e psíquico do lactente (MACEDO ET AL., 2015).

Os benefícios do contato pelem a pele (CPP) para o neonato incluem uma maior eficácia na realização da primeira mamada, uma diminuição no tempo necessário para desenvolver uma sucção eficiente, a regulação e manutenção da temperatura corpórea do recém-nascido, bem como a estabilidade cardiorrespiratória (CAMPOS ET AL, 2020).

Adicionalmente, o contato pele a pele pode conduzir a uma melhoria nos índices de amamentação materna durante os primeiros quatro meses após o parto, além de promover uma extensão na sua continuidade. Também contribui para um comportamento maternal mais afetuoso e envolvido, fortalecendo os laços emocionais e sentimentos de felicidade, afeição, serenidade e conforto tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. Essa confluência de emoções direciona a atenção da mãe do desconforto e das angústias do parto para a gratificação de estar em companhia do seu bebê recém-chegado (CAMPOS ET AL, 2020).

Logo, é de suma importância que os profissionais, incluindo os da enfermagem, reconheçam a mulher como protagonista do seu processo de amamentação, valorizando-a, ouvindo-a e capacitando-a (LIMA ET AL., 2019).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos dados expostos, fica posto que há múltiplos benefícios do aleitamento materno, os quais abrangem o desenvolvimento saudável do bebê e fortalecimento do vínculo afetivo. Diante disso, torna-se evidente a importância nacional de programas educacionais de saúde que incentivem a amamentação, liderados pelos Agentes Comunitários das Unidades Básicas de Saúde. Ademais, investimentos na aprendizagem dos profissionais de saúde e da população em geral são essenciais para levar informações coerentes para as gestantes.

Em suma, o aleitamento materno emerge como uma intervenção fundamental para a promoção da saúde materno-infantil e o desenvolvimento sustentável das sociedades. Destarte, é axiomático um olhar mais cuidadoso sobre a Saúde da Mulher Gestante, com a disponibilidade de orientação por parte de um profissional especializado nos centros obstétricos, a fim de que haja verdadeiro progresso salutar.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F.; RODRIGUES, F. C. P. Promoção e apoio ao aleitamento materno: um desafio para a enfermagem. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI.** Erechim, v. 6, n. 9, p. 162-166, mai. 2010.

ALMEIDA, A. M.; FERNANDES, A. G.; ARAÚJO, C. G. Aleitamento Materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. **Rev Elet Enf**. Goiânia, v. 6, n. 3, p. 358-367. 2004.

ALVES, Y. R. *et al.* A amamentação sob a égide de redes de apoio: uma estratégia facilitadora. **Esc Anna Nery**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, e20190017. 2020.

ASSIS, A. M. O. *et al.* Níveis de hemoglobina, aleitamento materno e regime alimentar no primeiro ano de vida. **Rev Saúde Públ**. São Paulo, v. 38, n.4, p. 543-551. 2004.

AZEVEDO, A. R. R. *et al.* O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. Esc Anna Nery. **Rio de Janeiro**, v. 19, n. 3, p. 439-445, jul-set. 2015.

BARROS, V. O. *et al.* Aleitamento materno e fatores associados ao desmame precoce em crianças atendidas no programa de saúde da família. **Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr J Braz Soc Food Nutr**. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 101-114. 2009

BRAGA, D.F.; MACHADO, M. M. T.; BOSI, M. L. M. Amamentação exclusiva de recém-nascidos prematuros: percepções e experiências de lactantes usuárias de um serviço público especializado. **Rev Nutri**. Campinas, v. 21, n.3, p. 293-302. 2008.

CAMPOS, P. M. *et al.* Contato pele a pele e aleitamento materno de recém-nascidos em um hospital universitário. **Rev Gaúcha Enferm**. Porto Alegre, v. 41(spe), e20190154. 2020.

CHAVES, R. G.; LAMOUNIER, J. A.; CESAR, C. C. Fatores associados com a duração do aleitamento materno. **J Pediatr**. Rio de Janeiro, v.8, n. 5, p. 101. 2007.

DAMIÃO, J. J. Influência da escolaridade e do trabalho materno no aleitamento materno exclusivo. **Rev Bras Epidemiol.** São Paulo, v.11, n. 3, P. 442-452, 2008.

DEL CIAMPO, L. A.; DEL CIAMPO, I. R. L. *Breastfeeding and the Benefits of Lactation for Women's Health*. **Rev Bras Ginecol Obstet**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 354-359. 2018.

GIUGLIANI, E. R. J. O aleitamento materno na prática clínica. **J Pediatr**. Rio de Janeiro, v. 76, n. 3, p. 238-52. 2000.

LEAL, C. C. G. **O processo de amamentação e suas implicações na vida da mãe adolescente.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. 2017.

LIMA, S. P. *et al.* Percepção de mulheres quanto à prática do aleitamento materno: uma revisão integrativa. **Rev. pesqui. cuid. fundam (Online)**, v. 11, n. 1, p. 248-254, jan.-mar. 2019.

MACEDO, M. D. S. *et al.* Aleitamento materno: identificando a prática, benefícios e os fatores de risco para o desmame precoce. **Rev. enferm. UFPE (Online**), v. 9, supl. p. 414-423, jan. 2015.

MARIANO, K. P. **Nutrição e Função Imune.** 2011. 53 p. Tese (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2011.

OLIVEIRA, A. A.; CASTRO, S. V.; LESSA, N. M. V. Aspectos do Aleitamento Materno. **Rev Digit Nut.** Ipatinga, v.2, n.2, fev.-jul. 2008.

PASSANHA, A.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; SILVA, M. E. M. P. Elementos protetores do leite materno na prevenção de doenças gastrintestinais e respiratórias. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum**. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 351-360, ago. 2010.

RAMOS, V. W.; RAMOS, J. W. Aleitamento materno, desmame e fatores associados. **Ceres: Nutrição e Saúde.** Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.43-50. 2007.

REZENDE, M. A. *et al.* O processo de comunicação na promoção do aleitamento. **Rev Latino-Am Enf.** Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 234- 238. 2002.

SANTOS, A. J. A. O.; BISPO, A. J. B.; CRUZ, L. D. Padrão de aleitamento e estado nutricional de crianças até os seis meses de idade. **Hu Revi [Internet]**. v. 42, n. 2. p. 119-124. 2016.

SANTOS, F. S. *et al. Breastfeeding and protection against diarrhea: an integrative review of literature*. **Einstein**. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 435-40. 2015.

SILVA, A. P.; SOUZA, N. Prevalência ao aleitamento materno. **Rev. Nutri**. Campinas, v. 18, n. 3, p. 301-310. 2005.

TOMA, T. S.; REA, M. F. Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 24, Sup. 2, p. 235-246, 2008.

VENÂNCIO, S. I. Dificuldades para o estabelecimento da amamentação: o papel das práticas assistenciais das maternidades. **J. Pediatr**. Rio de Janeiro, v. 79, n. 1, p. 1-2, jan./fev. 2003.